

Considerações finais

O MST inicia seu processo de formação na década de 80, quando trabalhadores rurais passam a se reunir em diversas experiências de ocupações de terras nos Estados do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Sua fundação se dá em 1984, no Primeiro Encontro Nacional dos sem-terras.

Em 1985 ocorre o Primeiro Congresso, quando decidem pela organização do movimento nas regiões do Nordeste e da Amazônia e pela ocupação da terra como forma de resistência da luta camponesa. Formado por camponeses expropriados da terra, por camponeses com pouca terra ou camponeses assalariados e desempregados, esse Movimento se torna uma organização peculiar porque se constrói muito mais em função das próprias experiências das lutas, do cotidiano nos acampamentos e assentamentos, do que por meio de decisões e objetivos. Sua consolidação se dá nos trabalhos de base, que têm como objetivo organizar as famílias para a ocupação da terra. São nesses trabalhos que os sem-terra determinam os setores prioritários, escolhem os seus representantes e criam uma secretaria. Essa estrutura vai se construindo na medida em que mais pessoas vão se envolvendo com o MST e novas necessidades surgem. Dessa forma, seus integrantes buscam romper com as estruturas rígidas mantendo uma organização composta por uma direção coletiva que não institui cargos individuais.

Os lugares onde mais comumente se realizam as reuniões dos trabalhos de base são as CEBs, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, as escolas e as próprias moradias. Esses trabalhos podem ser organizados por um ou mais sem-terra que se desloca de outras regiões do país, ou podem se iniciar com as pessoas do próprio lugar, que tomam conhecimento das ações do Movimento por meio falado, escrito ou televisivo.

Assim, o MST vem desenvolvendo uma forma de organização muito diversa das organizações camponesas que o precederam, como as Ligas Camponesas, e hoje reconhece que a conquista da reforma agrária se realiza em torno da necessidade da conquista da cidadania plena pelos sem-terras.

Expressando forças sociais capazes de atuar numa dimensão política, cobrando das autoridades a sua inclusão nos direitos de cidadania, esse Movimento contribuiu para denunciar o caráter mais conservador das instâncias governamentais, cuja tendência é a de tratar o social como se esse fosse um objeto a ser administrado, difundindo, como analisa Luiz Werneck Vianna, a falsa idéia de que a sociedade civil estaria situada para além do Estado e do mercado: uma dimensão que não comporta a idéia de política, e, conseqüentemente, é hostil a agência Estatal.

Se levarmos em conta que as sociedades que Gramsci chamou de ocidentais são aquelas que possuem uma sociedade civil organizada, então, ao contrário, a tendência do Estado é justamente a de se abrir internamente à participação e à crescente disputa dos novos sujeitos políticos coletivos que se formam, como os partidos políticos, os sindicatos, os movimentos sociais, etc.

Como explica Carlos Nelson Coutinho, na medida em que a esfera pública passa a sustentar uma multiplicidade de interesses organizados, a ação política se torna cada vez mais complexa, surgindo, assim, a necessidade da obtenção do consenso por meio do qual as diversas instituições políticas particulares adquirem legitimidade e hegemonia. Portanto, nas sociedades onde já existe uma sociedade civil pluralista, a luta pelo poder não pode mais se travar mediante a tomada revolucionária do Estado.

Nesse sentido, o conceito de consenso de Gramsci, diferente da concepção liberal, depende do momento da afirmação das diferenças e não comporta a idéia de “unanimidade”. E, segundo seu ponto de vista, a declarada “vontade geral” do “socialismo real” não teria passado de um falso consenso, de uma situação de totalitarismo, na qual a diversidade teria sido reprimida.

Sobretudo, para Gramsci, a democracia não deve ser entendida “abstratamente”, como pressuposto, mas sim como o processo que correspondente ao movimento concreto das forças sociais contrastantes, contraditórias, como movimento que se dá de baixo para cima, capaz de ampliar os meios que interferem na correlação de forças que sustentam aquilo que está constituído. Isso significa, segundo Coutinho, que a possibilidade de uma ordem consensual implica um longo processo pelo qual os interesses econômico-corporativos se elevam ao nível dos interesses ético-políticos ou universais.

O que parece estar em questão, portanto, é que a modernidade, como observa Coutinho, é atravessa pela contradição existente entre o desencadeamento dos processos de socialização do poder e a lógica de funcionamento da sociedade capitalista, pois, na medida em que os múltiplos interesses surgidos com os aparelhos privados de hegemonia são mediados pelo mercado em articulação com o Estado burocratizado, eles se tornam limitados e setoriais, esvaziando a dimensão do público, da cidadania política.

Assim, se a legitimidade da luta pela Reforma Agrária e a natureza política dessa causa permite ao MST se constituir como uma organização expansiva, de inspiração pluralista e pelo enfrentamento direto com o Estado, esse movimento tem o grande mérito de desenvolver um trabalho educativo que se realiza numa dimensão eminentemente político-cultural.

Como pudemos constatar, os militantes entrevistados encontram na dimensão cultural do movimento uma força política de contestação, uma dinâmica de luta que vai além das lutas mais imediatas e ultrapassa os limites da questão propriamente agrária, pois diz respeito ao cultivo de valores e princípios como os de coletividade e solidariedade. Nessa perspectiva, seria no cotidiano da luta social concreta que o sem terra poderia vir a desenvolver uma certa consciência crítica, na medida em que em cada situação de confronto, de enfrentamento, a realidade impõe a necessidade de se fazer escolhas morais. Pode-se dizer, então, que a intencionalidade educativa do MST corresponde à maneira de contestar a ordem social, de contestar a concentração de terras, e por meio dela a cultura do latifúndio. Isto é, seria através da vida cotidiana que se procuraria manter uma certa ligação entre as ações e os princípios que se sustenta, o que constituiria a dimensão pedagógica da própria ação de lutar.

Mas, nesse contexto em que se busca alcançar a maior coesão cultural e social, e, portanto, no qual se procura desenvolver uma consciência crítico-social, não se pode deixar de considerar a marcante presença da religiosidade. Como se dá, então, esse encontro entre religião e política no MST?

Como se sabe, a Igreja Católica tem exercido uma grande influência na nossa sociedade, e não é sem razão que hoje o Brasil possui uma das mais importantes Igrejas Católicas do mundo. Porém, o campo da religião no Brasil vem se modificando muito devido ao crescimento das igrejas evangélicas e da

multiplicação das igrejas pentecostais, o que tem tido implicações e consequências políticas significativas.

Mas, além do surgimento das igrejas pentecostais, o campo religioso brasileiro viveu recentemente outra significativa mudança - embora essa mudança tenha ocorrido alguns anos antes, durante os governos da ditadura militar. Tal mudança diz respeito ao profundo envolvimento de certos setores religiosos - principalmente setores da Igreja Católica - com o trabalho de organização e de formação da consciência política das massas, e, portanto, com uma prática que era desenvolvida pelos movimentos ditos de esquerda ou progressistas. Dessa forma, vários religiosos, leigos e não leigos, se comprometeram com a luta pela auto-emancipação popular, adotando uma postura de oposição explícita à expansão da sociedade capitalista.

É em meio a essa mobilização de religiosos que surgem então as chamadas Comunidades Eclesiais de Base e as Pastorais Populares, cujos princípios e a prática encontraram a sua expressão, bem como a sua inspiração, na Teologia da Libertação.

Michael Löwy, em seu estudo sobre os recentes acontecimentos ocorridos no campo de força político-religioso da América Latina, explica que a “Teologia da Libertação” não é uma mera corrente teológica, mas a expressão intelectual de um vasto movimento sócio/religioso que surge no começo da década de 60 envolvendo setores significativos da Igreja, além de movimentos religiosos laicos. De certa forma, o MST é fruto desse movimento social/religioso, especialmente no que diz respeito às Pastorais da Igreja, que forneceram, e ainda fornecem, muitos militantes ao MST.

O grande salto dado pela Teologia da Libertação foi o “de ida ao povo”, no sentido de ter se comprometido com a causa dos pobres, reconhecendo-os em sua dignidade humana, como sujeitos, e não como objetos de caridade. A esse movimento corresponde a maior “humanização” do pensamento religioso, no qual a história “divina” passa a ser compreendida como história concreta dos homens. Assim, essa vertente religiosa encontra pontos de contato ou afinidades com o pensamento político de inspiração marxista, um fenômeno, sem dúvida, surpreendente, visto que durante meio século os fiéis da Igreja Católica e os movimentos políticos inspirados no marxismo se hostilizaram mutuamente.

No entanto, deve-se considerar que a combinação de idéias religiosas e crítico-sociais radicais pode desencadear, ainda que de forma ambígua, formas de pensar e de agir exageradamente “diretivas”. Contudo, a influência mútua dessas correntes de pensamento - a religiosa e a política - pode também favorecer a crítica pelo embate das suas diferenças.

No que diz respeito ao MST, para além do apoio que recebeu e que recebe dos setores mais progressista da Igreja, esse Movimento possui ativistas que adotam certos princípios que se inspiram na Teologia da Libertação, revelando, assim, que para eles o campo religioso é um importante campo de luta ideológica. Quer dizer, esses princípios religiosos parecem atuar como importantes elementos de autonomia e de organização interna para esses ativistas, tornando-se um instrumento que lhes permitem colocar em questionamento certos princípios religiosos que são identificados como os que atendem mais diretamente os interesses constituídos.

Mas, além disso, nos relatos dos ativistas também aparece a importante consideração de que o MST representa um avanço em relação a CPT, na medida em que o seu surgimento correspondeu a um momento de separação, de distinção, no qual os sem terras construíram uma nova forma de organização. Portanto, sem negar a importância das motivações religiosas, compreendendo que as idéias da Igreja progressista são instrumentos que ajudam a colocar em questionamento os interesses religiosos que atendem aos setores mais conservadores, para os ativistas a religião revela o seu limite quando alguns setores buscam colocá-la como o centro da luta dos sem terras. Segundo esse ponto de vista, seria o fortalecimento e a ampliação da consciência política que permitiria ao MST buscar uma certa unidade organizativa que não se daria a partir do ponto de vista de qualquer um dos representantes religiosos ou não religiosos que estão envolvidos com a luta dos sem terras. Em outras palavras, o estudo indica que nesse Movimento existem ativistas destacados que procuram manter a unidade em torno da ação, em permanente construção, sem utilizar qualquer expressão religiosa como meio de conciliação “pelo alto”. Na busca de maior coesão cultural e social das bases, desenvolve-se, então, a complexa relação entre ação política e pensamento religioso, que se expressa, sobretudo, no aspecto inovador que os militantes atribuem à chamada “Mística do MST”.